

AS DOCTRINAS DE SEGURANÇA NACIONAL, SOCIAL E EMOCIONAL: BREVE ANÁLISE DO MANUAL DA ESG DE 1976

THE DOCTRINES OF NATIONAL, SOCIAL AND EMOTIONAL ASSURANCE: BRIEF ANALYSIS OF THE BASIC MANUAL OF THE "ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA"

Rui Ribeiro de CAMPOS*

RESUMO

Para estimular um determinado tipo de civismo e propagandear o regime, o governo militar criou, na década de 1970, disciplinas como Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros, que trágicas conseqüências causaram para a Geografia e a História. Para entender parte deste processo, o artigo procura analisar o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, de 1976, principalmente nos aspectos relacionados ao ensino. E também relacionar a política autoritária pós AI-5, sua visão de sociedade e de eficiência, com o crescimento da presença da corrente psicológica behaviorista que, na escola, procurou elaborar uma tecnologia de ensino, além do controle e organização das situações de comportamento e de aprendizagem.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional - "caráter nacional brasileiro" - educação - behaviorismo

ABSTRACT

The Brazilian military government created a lot of subjects in the educational system (with tragic consequences for History and Geography) to encourage a certain kind of civism and to advertise the political system. To understand part of this process, this article analyses the Basic Manual of the Escola Superior de Guerra, 1976, especially the aspects related to teaching. Moreover, it relates the despotic politics after AI-5, society and efficient view of politics of the Basic Manual, to the growing of the behaviorist psychological stream. In education, this stream tried to elaborate a teaching technology at school, besides the organization and the control of behavior and teaching circumstances.

Key words: Doctrine of National Assurance - Attributes of Brazilian character - Formal education Behaviorism

(*) Professor de Geografia nos cursos de Geografia e Turismo da PUC-Campinas, mestre em Educação e doutorando em Geografia (área de concentração: Organização do Espaço) no IGCE-UNESP, no campus de Rio Claro. E-mail: ruicampos@bol.com.br

A deposição do presidente constitucional em 1º de abril de 1964 ocorreu, entre outras razões, para eliminar, através da força militar, os obstáculos que dificultavam uma maior inserção do país na órbita de controle do capitalismo internacional. Alterou-se o padrão de dependência, padrões de comportamento e de consumo foram modificados para adequá-los ao modelo industrial que se pretendia implantar, a população foi alijada das esferas de decisão e os sindicatos sofreram a castração de suas lideranças mais combativas. Ao mesmo tempo, houve uma “*homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas*” (Andrade 1989, 47). A tecnoburocracia militar e civil, aliada do capital multinacional, tornou-se a fração hegemônica do bloco agora no poder.

O modelo implantado exigiu uma redefinição do papel do Estado.

“Tentou-se, em um primeiro momento, um modelo de racionalização mais clássico e ortodoxo, com o aumento da eficiência e a redução do peso do Estado, criação de instituições capitalistas modernas (mercados financeiros, Banco Central, grandes conglomerados industriais e financeiros etc.), e a internacionalização da economia. Se estas foram as linhas principais dos primeiros anos de regime militar, elas foram substituídas depois por outras mais ajustadas a tradições do Estado brasileiro: crescimento do setor público, lançamento de grandes projetos e programas sociais ambiciosos, como o da padronização e generalização da previdência social e a erradicação do analfabetismo através do Mobral.” (Schwartzman 1987, 19)

E, dada a nossa história como espaço complementar das economias metropolitanas, centrais, não possuímos um passado ideal que pudesse nos servir de guia. Talvez daí a necessidade de se apelar para um futuro grandioso pois ele é algo a vir, aberto, otimista. Ainda, para o poder estatal, este futuro só pode ser alcançado com ordem: sem ordem não há progresso, diz o lema positivista e, também,

o pendão nacional. Modernizado, este lema foi transformado em *desenvolvimento com segurança*.

A nova situação exigia uma *reorientação ideológica da educação*; desejava-se do sistema educacional uma melhor qualificação para o trabalho, formando uma mão-de-obra com certa habilidade técnica e disciplinada, passiva. Além disso, a escola também deveria propagandear o projeto de integração nacional, mostrar a necessidade de se completar a ocupação do território, sem protestar contra a concentração de renda e a centralização política. As principais decisões educacionais foram tomadas sigilosamente pelos *técnicos* ligados ao poder. Diversas medidas o movimento estudantil e os setores sociais mais democráticos conseguiram impedir; todavia, após a derrota dos mesmos com a assinatura do Ato Institucional nº. 5, no dia 13 de dezembro de 1968, ficou mais fácil a modernização autoritária, realizada com colaboração externa, notadamente da *United States Agency for International Development (USAID)*. Na década de setenta, a educação continuou sendo, mais que outrora, utilizada como um dos meios de controle social e de disseminação da ideologia do poder, razões que justificam o estudo do Manual da ESG para um melhor entendimento do período.

A lei 5692, aprovada, sem discussão (após quatro discursos e em duas horas e meia), pelo Congresso Nacional em 11 de agosto de 1971, criou disciplinas com o objetivo de estimular o civismo oficial, de propagandear o regime: Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSP) e, no ensino superior e nos cursos de pós-graduação, Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Estas disciplinas, mais a implantação de Estudos Sociais no primeiro grau, tiveram como conseqüências a quase extinção dos cursos de licenciatura de Geografia e História, e o retrocesso político-social-cultural do conteúdo destas disciplinas. A proliferação de cursos privados de Estudos Sociais, a não preocupação com a qualidade dos mesmos, o autoritarismo reinante, entre outros, possibilitaram que o conteúdo desta área se limitasse a descrições

inofensivas, fragmentadas e inconsistentes, que ocultavam a estrutura de classes e o papel do Estado, cumprindo o objetivo de mascarar o papel das desigualdades e das injustiças na organização da sociedade e na elaboração do espaço geográfico brasileiro.

Alexis de Tocqueville (1805-1859), um dos pioneiros do liberalismo político moderno, cujo livro *A Democracia na América* tinha como preocupação básica evitar que o igualitarismo (para ele, uma característica da sociedade dos EUA) ameaçasse a liberdade dos indivíduos através da ditadura da maioria, escreveu um parágrafo que se aplica aos governos militares:

“Dir-se-ia que os soberanos atuais só procuram fazer grandes coisas com os homens. Gostaria que pensassem um pouco mais em fazer grandes homens, que dessem menos valor à obra, e mais ao operário, e que se lembrassem, sempre, que uma nação não pode permanecer forte muito tempo quando cada homem é individualmente fraco...” (Tocqueville 1973, 316).

Governos autoritários pretendem ter subordinados, para poder realizar grandes obras materiais. Para isso é preciso catequizá-los, fazê-los seguidores da doutrina. Um dos instrumentos é a escola, reafirmada como neutra, fato que não é por sua própria natureza, razão pela qual não se pode separá-la completamente *“dos programas institucionais de tendências diversas e das formas de consciência que dominam as economias...”* (Apple 1982, 9).

Por isso, a análise da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é importante para o entendimento da proposta para o país que os

setores militares hegemônicos possuíam. E tentaremos fazê-la através do Manual Básico da Escola Superior de Guerra¹, até por entendermos que a escola, os conteúdos programáticos, as práticas pedagógicas, o conceito de ciência e de sociedade, sofreram uma influência muito grande das concepções ali contidas.

Não se pode esquecer ainda que a própria realidade de Guerra Fria forçou o destaque à **Segurança** que, dada inclusive a influência positivista, foi vinculada ao **Desenvolvimento** - novos nomes de ordem e progresso. Essa vinculação facilitou justificativas de derrubadas de governos e se constituiu no objetivo básico da Doutrina de Segurança Nacional.

“A paz mundial é, hoje em dia, função da deterrência, neologismo que indica a capacidade de dissuadir a agressão, quer pela possibilidade de retaliação, quer pela simples ameaça dinâmica desestimuladora por si mesma”.(EMFA 1977, 232)

De maneira simplificada, *deterrence* significa *não atira senão atiro também*; concomitantemente, EUA e URSS sofisticavam seus produtos bélicos. Nossos teóricos militares viam a *infiltração comunista* em tudo e não acreditavam na política da *coexistência pacífica* pois acreditavam que, a despeito dessa política, o mundo estava em guerra pois, como citam mais de uma vez, os comunistas seguem o que Lênin afirmou: *“A paz é a continuação da guerra por outros meios e deve ser tratada como um todo”* ou *“A paz e a guerra não são senão dois aspectos da mesma luta, permanente e necessária”*. (Idem, 238, 241, 259)

⁽¹⁾ Apesar da elaboração do manual analisado ter sido em 1976, ele conserva os aspectos essenciais da doutrina elaborada no período anterior ao AI-5. Certas posições assumidas no Manual Básico são incoerentes e, muitas vezes, bem diferentes das assumidas pelos governos militares, como, p.ex., a defesa do *“regime democrático”* e até que a *“pluralidade de Partidos é essencial às democracias...”* (EMFA 1977, 127). Parte sempre do princípio de que o Brasil é democrático e que o *ocidente*, o capitalismo, a propriedade etc. são os verdadeiros valores; ser contra um destes aspectos é subversão, ainda que distingam - no texto - inimigos de adversários políticos. Apesar da publicação ter ocorrido no momento da *abertura lenta e gradual* do governo Geisel (1974-79), o comunismo ainda é o grande inimigo e o *mundo ocidental* sinônimo de democracia. Há toda uma seção (cap. III, seção III, p. 235-244) dedicada à Guerra Revolucionária Comunista. Mas não é discutida a ilegalidade e a ilegitimidade dos atos institucionais ou da Constituição de 1969; escreve-se sobre as leis mas não se analisa como foram feitas. Todos os autores são citados sem a fonte de suas afirmações; nem no final existe uma bibliografia. É importante lembrar que muitos militares brasileiros fizeram cursos no exterior, principalmente nos EUA, país com o qual tivemos maior aproximação militar após a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Europa, durante a IIª Guerra Mundial. A própria Escola Superior de Guerra foi inspirada no *National War College*.

Daí acreditarem na existência permanente da Guerra Revolucionária Comunista (GRC) cujo conceito, para a Escola Superior de Guerra (ESG), era:

“Conflito, normalmente interno, de concepção marxista-leninista, estimulado e, até mesmo, auxiliado do exterior, que, utilizando intensivamente operações psicológicas e todas as formas de subversão e violência, visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação.” (EMFA 1977, 242)

Frente a isso, *“a luta contra-revolucionária é de toda a nação”* pois a GRC visa *“a destruição dos princípios morais em que repousa a sociedade, por provocar a indisciplina e a quebra da hierarquia; ...”* (Idem, 240/241). Uma das maneiras de combater a GRC é através da Ação Psicológica,

“um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos e coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado” (Idem, 248) como, por exemplo, *“impedindo que façam eco as notícias tendenciosas (...) e seu sucesso vai depender de sua adequação a esse público, de tal sorte que, às vezes, quando o público-alvo não é dos mais esclarecidos, um simples slogan é suficiente para alcançar efeitos espetaculares. Quando se dirige à elite, exige um planejamento cuidadoso.”* (Idem, 249)

A Ação Psicológica comporta as **manobras psicológicas** e cada uma delas corresponde a uma idéia-força ou idéia-apelo que

“deve apelar para a inteligência ou para os sentimentos (se possível, para os dois ao mesmo tempo) e é traduzida por um determinado tema. Assim, como exemplo da idéia-força desenvolvimento, tem sido usado o tema participação; da idéia-força nacionalismo poder-se-ia usar o tema mar territorial de duzentas milhas. O tema é difundido mais

facilmente através de slogans ou de símbolos. O slogan deve traduzir o tema como, por exemplo, para a idéia-força desenvolvimento: ‘Ninguém segura este País’ ou ‘Este é um País que vai pra frente’.” (Idem, 250) *“No Campo Psicossocial, a Mobilização se configura, principalmente, através da integração e, mesmo, do controle dos diferentes órgãos de comunicação social, a fim de colocá-los a serviço dos objetivos que se pretenda atingir (...).”* (Ibidem, 351)

Nesta concepção, que influenciou as práticas de censura e as leis sobre educação, toda *“a convivência política gravita em torno do Estado”* (Idem, 17) que é o instrumento institucional para que a Nação atinja seus objetivos; e atender a isso é que justifica o Estado. Este, em virtude de fatos como as guerras mundiais, as crises econômicas, o terrorismo organizado, a guerra psicológica, a guerra revolucionária e outros,

“teve que se reajustar, assumir encargos inesperados, utilizar novos instrumentos, ampliar sua atuação, reforçar seu próprio poder e evoluir de sua conformação liberal - de Estado de legalidade - para sua conformação social - de Estado de eficiência” (Idem, 18) que busca *“imprimir o máximo de racionalidade em substituição à atuação improvisada, empírica e emocional que imemorialmente caracterizou a política”* (Ibidem, 19),

que também deve ser racionalizada. Para isso, é preciso uma **Doutrina** que precisa contenha

“regras que conduzam à maior eficiência - otimização da ação - precisamente indicando o caminho de maior probabilidade de êxito (Desenvolvimento) com a menor probabilidade de risco (Segurança).” (Ibidem, 20)

Portanto, Segurança e Desenvolvimento são os dois macro-objetivos do Estado e são *“conceitos interligados, interdependentes e*

realidades inextricáveis” (Ibidem, 35); e a emenda constitucional nº 1 (17/10/69) vai atribuir ao Conselho de Segurança Nacional a competência para “*estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a Política Nacional*” (art. 89, inciso I).

Logo, a competência de estabelecer os objetivos nacionais, segundo a emenda, não é da sociedade como um todo ou da maioria dela, mas da elite governante, que controla o Estado. Este procura possuir o monopólio dos meios de coerção física como forma de se impor e de impor a ordem desejada e usar seu poder para garantir a consecução dos objetivos ditos nacionais mas que, na realidade, são da elite que detém os poderes econômico e político; ou seja, ela exerce o *monopólio do mando* mas sempre diz que é o povo que detém o Poder e o delega aos governantes. O Manual deixa claro que cabe às elites captar e interpretar os anseios populares, e procurar,

“precisamente em razão da superior qualidade, presumida, de sua formação e informação, difundir no povo os altos valores da convivência social e a melhor percepção dos autênticos interesses e aspirações” (EMFA 1977, 41)

Talvez, por isso, não consideravam as eleições como algo fundamental.

Essa visão de que a história brasileira só foi feita pelas elites - e, praticamente, sem erros - também estava presente nos livros mais usados de geografia e de história. A história aparece como algo gradual, natural, conduzida pelas elites e, graças a isso, “*não houve no Brasil, felizmente, os aspectos de opressão, de violência e de exploração que engendraram grandes movimentos populares, ...*” (Idem, 48). Por isso, o Manual sempre se refere “*à elite e ao povo*”, como distintos; e se à elite cabe fixar os objetivos nacionais, o próprio texto (Ibidem, 49) afirma que ela, durante amplo período de nossa vida, admirava e imitava a cultura

européia, o que demonstra que seus objetivos, no mínimo os culturais, não eram os nacionais.

Mesmo assim pensando, os autores afirmam que os objetivos nacionais do Brasil se relacionam com os atributos do *caráter nacional brasileiro*. Apesar das ressalvas feitas², estes atributos devem ser citados pela presença dos mesmos em diversos livros de Estudos Sociais, como procuraremos mostrar adiante. Diz o Manual Básico da ESG que um dos traços nítidos e generalizantes do caráter brasileiro seria o **individualismo**,

“seja como um elemento de herança dos tipos étnicos de onde provém, seja como um efeito de processos educacionais (...) [e] pode ser também considerado como a reação histórica contra a agressividade do ambiente...” (Ibidem, 45)

Se isto fosse correto, nem seria necessária a implantação de uma política liberal de educação, pois o individualismo já seria um traço de nosso caráter; o problema é que essa política, “*com sua ética de auto-realização supostamente baseada no mérito*” (Apple 1982, 32) fez com que esse mérito coubesse a poucos, mantendo a desigualdade, pois

“não somente a educação estabelece o lugar dos indivíduos num conjunto relativamente fixo de posições na sociedade (...) mas o próprio processo de educação, o currículo formal e oculto, sociabiliza as pessoas a aceitarem como legítimos os limitados papéis que elas fundamentalmente ocupam na sociedade”. (Idem, 52)

Outra tendência brasileira, segundo o Manual da ESG, seria a **adaptabilidade**, que nos leva ao “*ecumenismo, à plasticidade social*”, à integração racial, a ser uma síntese de culturas. Além dos conquistadores que aqui deixaram filhos e da posterior e variada imigração, o texto coloca como origem desse processo o lusitano, que já possuía experiência de conviver com outros povos;

⁽²⁾ “... este ensaio tem natureza meramente especulativa e não se fundamenta em dados precisos. É mais o produto de observações de sociólogos e estudiosos (...) e os atributos apresentados não são exclusivamente do tipo humano em nosso país.” (EMFA 1977.44)

“a dominação moura, na Península, sobretudo, tirou-lhe qualquer laivo de superioridade racial, ensinando-lhe, ao contrário, a tolerância. Isto propiciou a miscigenação, facilitada pelo fato de virem os colonizadores desacompanhados de suas mulheres, pela relativa passividade do negro e por ultrapassar a concepção tribal o espírito de unidade do índio.” (EMFA 1977, 45)

Além de o próprio texto já mostrar uma visão preconceituosa em relação ao negro e ao índio, ele deixa claro que essa concepção sobre o elemento português era comum. Um conceito que omite que a própria presença era como domínio e que a existência da escravidão nativa e negra era uma prova de que o colonizador se achava superior. A própria vinda dos portugueses também se baseava na crença de escolhidos por Deus para dominar várias partes do mundo e implantar o *“orbis christianus”*, como bem mostrou Paiva (1982). A expansão imperialista e apostólica portuguesa impunha o catolicismo, recusava o ecumenismo e forçava a destribalização através da catequese jesuítica -que não possuía nenhuma sensibilidade pelo problema intercultural -, provocando um etnocídio que desmente qualquer tendência à *plasticidade social*.

Outra tendência do brasileiro, conforme o Manual, seria a **improvisação**. *“Inimigo das elaborações lentas, deseja resultados imediatos, sem um ensaio repetido e por vezes trabalhado.”* (EMFA 1977, 46). Porém isso, segundo o texto, não é um aspecto só negativo pois *“improvisação significa capacidade criadora”*, algo positivo num momento de *“aceleração histórica”* em que o avanço tecnológico exige capacidade de adaptação a novas condições. Além do discutível conceito de *aceleração histórica*, não se pode confundir improvisação com desejo de resultados

imediatos, pois para realizá-la há necessidade de conhecimentos anteriores.

No mesmo texto, uma outra qualidade nossa seria a **vocação pacifista**, pois *“em todo o processo histórico, predominam as soluções de compromisso e conciliação”* (Idem), fato, aliás, desmentido por qualquer estudo mais profundo da história nacional. Além dessa qualidade pacifista, outro traço aqui reinante seria o da **cordialidade**.

“... as imensas distâncias, a falta de comunicação e o isolamento predispunham à hospitalidade, embora eivada, às vezes, de desconfiança. Estes sentimentos apuram-se com a formação cristã do povo e com a fusão de raças,...). Daí a sensibilidade ao sofrimento alheio, a facilidade em esquecer e perdoar, a indulgência nas repressões, a eliminação das distâncias sociais e conseqüente abolição das distinções de classes e de raças, e de todo um elenco de manifestações afetivas” (Ibidem, 47).

Se a causa desta nossa cordialidade eram as distâncias, os vazios demográficos, ela está cada vez mais restrita. Nossa formação cristã apurou mais nossa submissão que nossa cordialidade, aliada à ajuda ao próximo para salvar a própria alma; nem o projeto de salvação é coletivo. Os DOI-CODI³ vão desmentir a *“indulgência nas repressões”*, e a *“abolição das distinções de classes e de raças”* somente ocorre, e não totalmente, durante três dias por ano: no Carnaval. Neste, o brasileiro comum não se esconde atrás de máscaras mas se realiza nas fantasias, pois no carnaval boa parte da população não procura esconder mas mostrar o que gostaria de ser; é a nossa desigualdade que se escancara através do luxo aparente, dada a pobreza existente, onde *indivíduos* sonham ser *pessoas*, até porque habitam um país campeão de desigualdade social⁴

⁽³⁾ Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna. O êxito repressivo da OBAN (Operação Bandeirantes) no estado de São Paulo fez com que a repressão às organizações de esquerda se transformasse oficialmente em *guerra interna* e levou à institucionalização dos DOI-CODI.

⁽⁴⁾ Pesquisa do Banco Mundial, realizada em 1995 e abrangendo 71 países, concluiu que, entre eles, o Brasil possuía a maior desigualdade social e de renda. Segundo o Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial, os 10% mais ricos do país concentravam 51,3% da renda do país e os 20% mais pobres ficam com 2,1% da renda nacional. (Folha de S. Paulo, 16/07/95, cad.5, p.5)

Os portugueses que comandavam a colonização eram brancos, aristocráticos, vindos de um país que já discriminava em lei mouros, judeus e negros. Séculos mais tarde, graças a teorias racistas mais *científicas*, a elite brasileira continuava racista mas permitia o direito de ser igual perante a lei - mas não perante o juiz -, privilegiando o grupo mais rico (e não o desta ou daquela origem). A manutenção do preconceito velado em sociedades marcadas pela desigualdade é uma forma mais eficiente de discriminação, desde que os discriminados conheçam e permaneçam nos seus devidos lugares. Roberto DaMatta observou que

“...as teorias racistas européias e norte-americanas não eram tanto contra o negro ou o amarelo (...), que eram nítida e injustamente inferiorizados relativamente ao branco, mas que também eram vistos como donos de poucas qualidades positivas enquanto ‘raça’. O problema maior dessas doutrinas, o horror que declaravam, era, isso sim, contra a mistura ou miscigenação das ‘raças’. (...) também era seguro que amarelos e negros tinham qualidades que a mistura denegria⁵ e levava ao extermínio” (...). “Daí a palavra ‘mulato’, que vem de mulo, o animal ambíguo e híbrido por excelência; aquele que é incapaz de reproduzir-se enquanto tal, pois é o resultado de um cruzamento entre tipos genéticos altamente diferenciados” (Damatta, R. 1994, 38 e 39).

Talvez a qualidade do negro fosse o trabalho braçal. E também poderíamos inverter o raciocínio, lembrando que os mestiços são aqueles que podem acumular as qualidades positivas do branco, do amarelo e do negro⁶. Mas o nosso preconceito - mantido pelo eficiente

manto do mito da democracia racial - é baseado na aparência externa, no caráter fenotípico, diferente dos EUA, onde a presença, por mais ínfima que fosse, de *sangue negro* numa pessoa branca, a fazia ser caracterizada como negra; neste país, todos são também teoricamente iguais mas não devem se misturar, garantindo a diferenciação. Cruel da mesma maneira, embora mais direto. Esquecem que a espécie humana possui uma unidade - os grupos podem cruzar entre si que terão descendentes saudáveis e normais -, que um grupo que se mantiver por longo período sem mistura tem possibilidades de desaparecer e que, como afirma Joel Rufino dos Santos, as características genéticas podem fazer um sujeito preto “*estar biologicamente mais próximo de um branco do que de outro sujeito preto*”. (1980, 11) Por isso, se nossa cordialidade e nossa **emotividade** - esta, a sétima e última característica dominante do povo brasileiro na visão da ESG -, que nos fazem sensíveis, generosos e capazes de emoções contagiantes⁷ são herdadas do português colonizador, Chico Buarque e Ruy Guerra mostram claramente como agiam:

*“Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano
uma boa dose de lirismo*

(além de sífilis, é claro)

*Mesmo quando as minhas mãos estão
ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha aos olhos e
sinceramente chora...”⁸*

Como já vimos, quando não se consegue esconder a injustiça, o grupo dominante naturaliza-a, tornando-a *científica*. Isso dá maior credulidade ao argumento, ampliando o número dos que assim vão pensar. É o que procuram fazer as teorias racistas: o indivíduo da *raça superior* pode até estar, no momento,

⁽⁵⁾ Como em seu primeiro significado o verbo denegrir significa *tornar-se negro, escuro*, seu uso no texto parece inadequado.

⁽⁶⁾ O racista Oliveira Viana, depois de afirmar que os grupos negros africanos mais evoluídos que dominam os negros puros são os que possuem sangue semita em suas veias, que se ocorreram grandes civilizações nas regiões centrais da África elas não podem ter sido criações da raça negra, diz que “*para que os negros possam exercer um papel civilizador qualquer, faz-se preciso que eles se caldeiem com outras raças, especialmente com as raças arianas ou semitas. Isto é: percam a sua pureza*”. (In: **Raça e assimilação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1932, p.206, apud SANTOS, 1980, 31)

⁽⁷⁾ “*A índole brasileira, tolerante e afetiva, é fator favorável à paz social*”, diz o texto à p. 54.

⁽⁸⁾ Música *Fado Tropical*, da peça teatral Calabar, gravada em 1973 no disco **Chico Canta** (Philips). O trecho por nós grifado foi vetado pela censura federal.

inferiorizado, é *natural* mas ele pode deixar esta situação se quiser; contudo, àqueles que já são *naturalmente* inferiores, como *provam* os testes de Q.I. - somado ao estágio em que se encontra o país, ao clima dominante e à genealogia - só lhes cabem o domínio e a exclusão. A estatística transformou os números em soldados de uma batalha dita científica; selecionam-se os dados que interessam, anulam-se as diferenças pelas médias - escondendo, assim, a desigualdade - e tem-se um novo *estilo de combate*, sendo as verdades científicas a arma. Algumas pesquisas têm a sua conclusão definida, pré-determinada, e depois os *cientistas* saem à cata das provas, dos argumentos.

Como essas crenças não aparecem somente no texto da ESG mas também em livros de Geografia, História, Estudos Sociais, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), talvez possamos, com base no conceito gramsciano de hegemonia⁹, ver algo mais intrincado na realidade social, não apenas superestrutural, mas que impregna, penetra e que passa a constituir o senso comum, a realidade, a materialidade da ideologia, tornando a mudança muito mais difícil, pois transformam-se em prática, em maneira de ver e compreender o homem brasileiro, o mundo que o rodeia, o país, passando a ser o *sentido da realidade* para a maioria, o modo pelo qual encaixam grande parte de seu viver.

Incorporado, passa a ser transmitido pelas instituições educacionais - mas não somente por elas pois a escola não é a única instituição distribuidora de conhecimento - como se fosse tradição, omitindo que é derivado de uma seleção imposta que esconde e/ou exclui outros significados e práticas. Transmitido como tradição, se torna diluído, a-histórico, inquestionável, conseguindo fazer com que a

própria existência da escravidão no passado não seja considerada contradição mas sim algo natural para a época. Em outras áreas, a utilização do *sempre foi assim* quando não foi, faz com que passe a ser, porque o antes disso foi suprimido. E quando, por novos interesses, é preciso mudar, afirmam que *hoje é assim, os tempos são outros*, mas mantém a essência da situação anterior. Aqui entra também o eficiente papel da propaganda que, pela saturação e ausência do contradizer via ação da censura, transforma essa maneira de ver da elite em algo real, natural da cultura do grupo e, portanto, identificador dele.

É por isso que a mudança é difícil pois, pela impregnação, essa *hegemonia* está presente em nossos hábitos, no relacionamento cotidiano, ainda que a boca possa dizer outra coisa. Já ao entrar na escola se *ouve* nos livros didáticos o que a família afirmava, impregnando cada vez mais corações e mentes com essa visão de mundo. O que aprendemos na escola é, muitas vezes, o que vivenciamos na família, no bairro. Por isso, a consciência não é um mero reflexo da *situação* econômica, embora a *estrutura* econômica possua um papel destacado na formação da mente. Muitas vezes, a reprodução ocorre sem problemas porque os próprios assalariados, os excluídos, a desejam por não a enxergarem como a causa de sua situação.

Para manter isto, muitas medidas tomadas na área educacional pelos governos militares visavam controlar o sistema e não melhorar o funcionamento da rede complexa de ligações que a educação possui. Não serão medidas para revelar possibilidades mas para impedir *desvios*, para estabelecer o *quietismo político* (Apple). O governo precisava punir pelo que ainda não tinha sido feito; afirmando estar evitando o crime, já aplicava a pena. Daí a montagem de

⁹ O italiano Antonio Gramsci (1891-1937), nos "*Quaderni del carcere*", aplica o termo hegemonia à maneira pela qual a burguesia mantém a sua dominação, que não é somente através da força mas também do consentimento para uma certa ordem social, "*na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias. Essa 'textura de hegemonia' é tecida pelos intelectuais que, segundo Gramsci, são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade. (...) O que uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar é uma visão de mundo mais coerente e sistemática que não só influencia a massa da população, como serve como um princípio de organização das instituições sociais.*" (Bottomore 1988, 177-178) A hegemonia pressupõe, portanto, a existência de algo que é vivenciado e que chega a se transformar no senso comum de grande parte da população; não é algo abstrato mas refere-se "*a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, efetivo e dominante de significados, valores e ações que são vividos.*" (Apple 1982, 14)

uma organização social que segregava o acesso à escola e que não procurava

“eliminar toda diversidade mas, antes, controlá-la estreitando seu campo de ação e canalizando-a para áreas que não pareçam ameaçar os imperativos da estabilidade social, produção de ‘conhecimento especializado’ e crescimento econômico.” (Apple 1982, 11)

Conseqüência disso foi que debater economia, justiça, ideologia, educação e outros temas, além de proibido, passou a ser considerado algo estéril; aconselhar-se-á a discussão sobre habilidade técnica, eficiência, capacidade, potência emergente. Nestes temas é que será concentrado o conhecimento; os outros deveriam ser excluídos. Haverá, portanto, uma seleção dos valores e do conceito de ciência que fundamentará a escolha do conhecimento. Este deverá suprimir as relações sociais reais e apegar-se ao homem abstrato, para evitar que se discuta a sociedade concreta.

O Manual Básico da ESG definia educação como

“o processo de aperfeiçoamento do ser humano no sentido de facultar a realização de suas potencialidades, bem como a transmissão e a assimilação de conhecimentos e valores culturais do grupo social” (EMFA 1977, 169),

mas deixando claro, anteriormente, que sua importância fundamental é como investimento produtivo para o crescimento econômico pois gera aumento da produtividade, do salário real e *“da mobilidade do fator trabalho que permite melhor distribuição da força de trabalho, ...”* (Idem, 151). A escola, instituição de educação sistemática,

“continua e amplia a função educativa da família, disciplinando os educandos em seus diversos desempenhos” (Idem, 178), oferecendo *“a todos a oportunidade de desenvolvimento de sua capacidade, procurando eliminar as distâncias sociais e oferecendo a cada um a possibilidade de ascender socialmente,*

mercê de seu mérito e de seu esforço.” (Ibidem, 179)

É a ideologia liberal sobre a educação, colocando-a como fator de mudança social, de crescimento econômico, como possibilidade de correção das desigualdades sociais desde que *você se esforce*; contudo, esconde que, conforme a organização da escola e da sociedade, o mérito cabe a poucos e a desigualdade será mantida. A visão liberal, além de separar educação e cultura, procura esconder as questões estruturais dos acontecimentos e os conflitos éticos, políticos, econômicos, transformando-os em questões técnicas, administrativas, burocráticas. A ênfase na meritocracia individual colabora para a diminuição da sensibilidade política e prepara melhor o indivíduo para uma sociedade de consumo. Pois, embora condene o *“laissez-faire”*, afirma que *“o mercado livre é o único que se coaduna perfeitamente com o ideal de homem não-dominado”*. (Ibidem, 145; grifo original)

Na visão exposta, mercado livre só é garantido se todos forem a favor dele; a manifestação livre contra o livre mercado é a grande ameaça.

“É no campo moral e espiritual que reside a mais profunda crise do mundo contemporâneo, razão maior da insegurança generalizada entre as nações e dentro das próprias comunidades nacionais. Vivemos, segundo alguns, a era do protesto, que inclui assim os confrontos de gerações, de classes, de ideologias e da prevalência de bens materiais sobre bens espirituais” (Ibidem, 211)

Daí a necessidade de Segurança - um conceito mais abrangente do que Defesa -, que *“envolve todo o campo de ação do homem, inclusive o espiritual”*; e cabe ao Estado garantir

“aqueles aspectos que dão estabilidade às relações políticas, econômicas e sociais, preservando a propriedade, o capital e o trabalho para sua plena utilização no interesse social” (Ibidem, 213).

A ESG defendia ainda a presença do Poder Militar no setor de segurança interna para garantir a obtenção e “*manutenção dos Objetivos Nacionais, reduzindo ou anulando antagonismos e pressões que venham a ser criados no âmbito da nação considerada*” (Ibidem,188). Como quem estabelece esses objetivos é a elite que controla o Estado, fica clara a ausência de referências à Constituição ou à sua legitimidade, como se não fosse aos princípios de uma Constituição legítima que o poder militar devesse estar subordinado. O próprio texto tem clareza disso quando afirma que “*nos regimes totalitários é normal a hipertrofia do Poder Militar porque sua destinação é freqüentemente desvirtuada*” (Idem,198). Por isso é comum a referência à garantia da lei e da ordem; aliás, por que essa conjunção aditiva? Garantir a lei não é garantir a ordem?

E se a Geografia serve fundamentalmente para fazer a guerra, uma de suas concepções tinha que estar presente no texto. Até porque

“Dizer antecipadamente que a geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra não implica que sirva apenas para executar operações militares; ela serve também para organizar territórios, não só como previsão, de batalhas que se deverão travar contra tal ou tal inimigo, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce a sua autoridade”. (Lacoste 1977, 8-9)

As informações espaciais¹⁰ dadas pela Geografia fazem dela um saber necessário para a elaboração de estratégias - aqui no significado literal: a arte do general. No texto em questão, é sempre usada como *ciência* da natureza: área geográfica é a extensão do território, situação geográfica é a localização, ponto de vista geográfico refere-se aos recursos naturais existentes; o mesmo que faziam os livros didáticos.

“...as características geográficas são das mais estáveis do Poder Nacional. (...) Nas considerações sobre Segurança Externa, vêm imediatamente à tona argumentos enraizados na Geografia. As características fisiográficas de posição, forma e extensão de um Estado, ou parte dele, em relação à outro Estado acarretam considerações específicas de Segurança Externa. Na atualidade, são freqüentes as divergências quanto a linhas de fronteira, exploração de recursos naturais, aproveitamento de águas interiores, limites do mar territorial, etc.” (EMFA 1977, 279)

É uma Geografia que podemos rotular de cratológica, de ciência do poder, bem diferente da concepção do ácrata Élisée Reclus (1830-1905) que, em *L’homme et la Terre*, escreveu: “*A Geografia não é imóvel, ela se faz e se refaz todos os dias; a cada instante ela se modifica pela ação do homem.*” (Andrade 1985, 30). A concepção militar da geografia é a que interessava ser mantida, uma concepção que não ultrapassava a azevediana e que se dizia neutra para servir a esta política. Todavia, Geografia como ciência é mais do que isso; se os EUA, mais do que sobre a natureza vietnamita, conhecessem a geografia do país, saberiam mais sobre o Vietnã pois compreenderiam sua sociedade e aí a história seria outra; e melhor, se não tivessem invadido a área.

A visão sobre os recursos naturais, notadamente os minerais e energéticos, explica o *nacionalismo* nesta área de certos setores das Forças Armadas pois afirmam que os recursos naturais que “*existam no solo ou no subsolo se refletem no desenvolvimento, na autonomia e na capacidade de durar na luta, fatores mandatários para o Poder Militar*” (EMFA 1977, 190). São recursos essenciais à indústria bélica - que terá um grande crescimento na década de 70 -, assim como às indústrias de bens de produção, que serão mantidas e ampliadas

⁽¹⁰⁾ Afirma o próprio Manual: “*As Informações Geográficas são conhecimentos relativos à fisiografia de uma determinada área territorial ou países (aspectos físicos e fenômenos naturais).*” (EMFA 1977, 307)

pelos governos militares. Tinham consciência da importância militar destes recursos estratégicos, preocupavam-se com o grau de nacionalização dos equipamentos militares (Ibidem, 360) e por isso afirmavam que as grandes potências, temendo a falta destes insumos, “*empenharam-se em estocá-los a longo prazo ou em controlar suas fontes produtoras no exterior.*” (Ibidem, 199) Discutem (Ibidem, 292) a relação entre a disponibilidade de recursos naturais/população/crescimento econômico, mas não analisam uma posição que será comum nos setores militares durante a festa saturnal, orgiaca, de crença no Brasil Potência: o crescimento populacional como fator de segurança nacional por ser a garantia de ocupação dos espaços vazios num país com pequena população relativa e ecúmeno.

A visão de sociedade aqui refletida, a política mais autoritária pós AI-5 e a busca da eficiência, estimularam também o crescimento da presença da corrente psicológica behaviorista que, na escola, permite a elaboração de uma tecnologia de ensino, além do controle e organização das situações de comportamento e aprendizagem. Surge a moda dos *testes objetivos*, dos testes de QI - sem discussão sobre sua elaboração, sobre a escolha de critérios - e a partir destes testes surge uma espécie de racismo em relação a certos tipos de inteligência.

A edificação desta corrente psicológica possui ligações com a concepção positivista de ciência. O filósofo francês Augusto Comte recusava a introspecção - termo colocado em uso pela psicologia no século XIX -, a auto-observação interior.

“Percebe-se que de nenhuma perspectiva há lugar para essa psicologia ilusória, última transformação... [que] pretende chegar à descoberta de leis fundamentais do espírito humano, contemplando-o ele próprio, a saber, fazendo completa abstração das causas e dos efeitos. (...) É perceptível que, por uma necessidade invencível, o espírito

humano pode observar diretamente todos os fenômenos, exceto seus próprios. (...) O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinar. O órgão observado e o órgão observador sendo, neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação?” (Comte 1973,19-20)

Afirmava ainda que o único serviço prestado por esta psicologia foi ter sustentado “*a atividade de nossa inteligência numa época em que não podia ter alimento mais substancial*” (Idem, 21) e que, na verdade, estes psicólogos “*foram induzidos a tomar por ciência seus próprios sonhos...*” (Ibidem). Ao concluir pela impossibilidade científica da psicologia, suprimiu-a de sua enciclopédia de ciências.

Isto fez com que alguns psicólogos, seguindo a tendência naturalista, abandonassem as preocupações de cunho filosófico, aplicassem o método das ciências naturais, voltando-se “*para aspectos do comportamento que podem ser verificados experimentalmente*” (Aranha 1986, 188), tendo por base os estudos do médico russo Pavlov (1849-1936), que “*empreendeu pesquisas que prescindiam de qualquer referência aos ‘estados subjetivos’ ou ‘estados internos’.*” (Abbagnano 1982, 14) Suas experiências com cães sobre os fenômenos da digestão e salivação o levaram à explicação da aprendizagem pelo **reflexo condicionado** através de reforçadores positivos e negativos, numa “*diretriz mecanicista, pela qual o estímulo externo é a causa do comportamento, no sentido de que o torna infalivelmente previsível*” (Idem, 145).

Com John B. Watson (1878-1958), tivemos a corrente psicológica, o nome da mesma e a pretensão de limitar a pesquisa em psicologia a “*reações objetivamente observáveis*”: Behaviorismo¹¹ ou Comportamentismo ou Análise Experimental do Comportamento. Partindo também de experiências com animais - que, por terem vida mais curta, possibilitam o estudo do processo por várias gerações, podendo ainda

⁽¹¹⁾ Behavior significa conduta, comportamento.

ter seus órgãos lesados e sua vida abreviada -, extrapola as conclusões para a vida humana. O comportamento humano, porém, é muito mais complexo pois nele estão envolvidas influências da hereditariedade, do meio social, da memória e outras. Experimentos controlados em laboratórios possuem uma natureza artificial, o que pode falsear os resultados, aliado ao fato de que experimentos em animais excluem a existência da liberdade humana.

Na busca do ideal positivista de ciência, o behaviorismo rejeitou a introspecção e transformou o comportamento, "em toda a sua exterioridade", no único objeto merecedor de pesquisa, de estudo, considerando a consciência como algo não acessível ao conhecimento científico. Em decorrência, negava

"a existência dos instintos, da inteligência inata e dos dons inatos de qualquer espécie, considerados todos decorrentes da aprendizagem e da influência do meio ambiente. Daí a importância da educação infantil, momento em que se desenvolvem os reflexos condicionados." (Aranha 1986, 190)

Um novo impulso ao behaviorismo, a partir de experiências com ratos e pombos, foi dado pelo estadunidense B. F. Skinner (1904-1990), que estabeleceu as leis do condicionamento operante ou instrumental, mais complexo que o pavloviano¹². Com base nas pesquisas e conclusões de Skinner, várias escolas passaram a utilizar o processo de **instrução programada**: um texto é dado ao aluno, com espaços a serem preenchidos, numa seqüência de dificuldade crescente. A cada resposta dada, o aluno pode conferir o erro ou o acerto da mesma, pois os behavioristas partem do princípio de que o reforço deve ser dado a cada passo, logo após o ato, pois é nas conseqüências que está o estímulo do nosso agir. Chegaram, inclusive, a criar uma

"*máquina de ensinar*" que substituiria o professor em diversas etapas da aprendizagem. Esse método também possibilitaria à família criar "*bons hábitos*" nos filhos - mas quem os define ou qualifica-os? -; na empresa permitiria estimular a produtividade através de "*pontos acumulados*".

A palavra comportamento, nesta concepção, passou a designar todas as atividades do ser humano, concebido por Watson como o que o organismo faz ou diz, englobando atos, palavras e pensamentos, que se transformam num objeto mensurável e passível de ser reproduzido em diferentes condições e sujeitos. O ponto de partida são os conceitos estímulo - dado pelo meio - e resposta¹³, que permitem que sejamos "*treinados para emitir uma determinada resposta numa dada situação*" (Bock 1995, 47), repeti-la em situação semelhante (capacidade de generalizar) ou perceber as diferenças (capacidade de discriminar). Para essa escola, o fato psíquico é uma coisa objetiva, de natureza orgânica, que pode ser explicado pela relação causa-efeito (mecanicismo), que pode ser quantificada e estabelecida em leis gerais. Porém, a matematização absoluta só é possível em fenômenos *puramente* quantitativos e não nos essencialmente qualitativos, como muitos dos realizados pelos seres humanos que, quando quantificados, exigem contextualização e interpretação.

Ao limitar a psicologia ao estudo do comportamento, entendido como "*a reação habitual e constante do organismo a uma situação determinada*" (Abbagnano 1982, 145), transformaram o homem num simples produto de um processo de aprendizagem, excluindo os motivos, os valores e outros elementos presentes na ação humana e retirando a subjetividade da experiência. Ao procurarem se livrar dos valores, da subjetividade, extinguíram a *psyché*

¹² O comportamento operante é o voluntário e "*inclui todos os movimentos de um organismo dos quais se possa dizer que, em algum momento, têm um efeito sobre ou fazem algo ao mundo em redor. (...) O condicionamento do comportamento operante [se fundamenta no fato de] que um ato pode ser alterado na sua força pelas suas conseqüências. Assim, se deixarmos um ratinho privado de água durante 24 horas, ele certamente apresentará o comportamento de beber água assim que tiver oportunidade. Ora, o ratinho, no seu habitat, quando quer beber água, emite algum comportamento que lhe permite realizar seu intento. Esse comportamento foi sem dúvida aprendido e mantido pelo efeito que proporcionou: matar a sede.*" (Bock 1995, 44).

¹³ É a chamada Teoria S-R, das palavras latinas *stimulus* e *responsio*.

da psicologia, fugiram do *fato social* e se enveredaram pelo determinismo ambiental.

Por isso, essa concepção é também uma forma de controle social, encoberto e justificado pela *linguagem científica* e que foi útil para legitimar a criação de um sistema escolar numa perspectiva essencialmente técnica, onde a crítica foi eliminada e as noções de sociedade e de ciência, naturalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2ª ed. - São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985 (c. grandes cientistas sociais, 49).
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. - São Paulo: Ática, 1989 (série princípios, 165).
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. - São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. e MARTINS, M. Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. - São Paulo: Moderna, 1986.
- BOCK, Ana M. Bahia *et alii*. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995 (cap. 3: o behaviorismo, 41-51).
- BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positivista**. -São Paulo: Abril, 1973 (c. os pensadores, XXXIII).
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 7ª. ed. - Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- EMFA (Estado Maior das Forças Armadas). **Manual básico da escola superior de guerra**. [Rio de Janeiro]: EMFA, 1977.
- LACOSTE, Yves. **A geografia serve antes de mais para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. - São Paulo: Brasiliense, 1986 (c. primeiros passos, 183).
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese: 1549-1600**. - São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. - São Paulo: Brasiliense, 1980 (c. primeiros passos)
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3ª ed. rev. ampl. -Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. In: **Os pensadores**. 1ª ed. São Paulo: Abril, 1973, v. XXIX, 185-319.

